

• Imprimir em PDF

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

PROGRAMA DE APOIO INSTITUCIONAL À EXTENSÃO

AÇÃO: PROJETO DE EXTENSÃO

Edital Nº 06/2025 | VTP - Programa de Apoio a Atividades de Extensão 2025

### UNIDADE PROPONENTE

Campus:  
VTP

Foco Tecnológico:  
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL

### IDENTIFICAÇÃO

Título:  
Moradia e Vida Digna

Grande Área de Conhecimento:  
ENGENHARIAS

Área de Conhecimento:  
ENGENHARIA CIVIL

Área Temática:  
Direitos Humanos e Justiça

Tema:  
Organizações da Sociedade e Movimentos Sociais e Populares

Período de Execução:  
Início: 17/03/2025 | Término: 17/11/2025

Possui Cunho Social:  
Sim

### CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Público Alvo	Quantidade Prevista de Pessoas a Atender	Quantidade de Pessoas Atendidas	Descrição do Público-Alvo
Organizações Não-governamentais	15	-	-

### EQUIPE PARTICIPANTE

Professores e/ou Técnicos Administrativos do IFSP

Membro	Contatos	Bolsista	Titulação
Nome: Matrícula: 2158294	Tel.: E-mail: ueda@ifsp.edu.br	Não	DOUTORADO

Membro	Contatos	Bolsista	Titulação
Nome: Michael Daniel Bomm Matrícula: 2266826	Tel.: E-mail: michael.bomm@ifsp.edu.br	Não	MESTRE+RSC-III (LEI 12772/12 ART 18)

## DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

### Resumo

A presente proposta apresenta o projeto intitulado “Planejamento e Orçamento para Habitações Sociais”, que tem como objetivo a elaboração de orçamento detalhado e do planejamento de obras dos projetos arquitetônicos produzidos pelo projeto Planta Popular, realizados em parceria entre a Prefeitura Municipal de Votuporanga, o Centro Universitário de Votuporanga – UNIFEV e o IFSP – Campus Votuporanga. O projeto, como um todo, visa viabilizar a construção das habitações destinadas a famílias de baixa renda, através da organização formal dos participantes em uma associação – objeto de outro projeto local de extensão – e do planejamento e orçamento das obras – realizado por um terceiro projeto. A organização formal e o planejamento adequados permitem a negociar a compra coletiva dos materiais e a contratação de serviços a preços mais baixos, além de permitir arranjos que visem à economia de recursos financeiros por parte das famílias participantes, através da implantação de conceitos da Economia Solidária. Desta forma, o presente projeto procurará reunir e compatibilizar os projetos arquitetônico, estrutural, de instalações elétricas e hidráulicas, elaborando um orçamento detalhado, considerando as características da família proprietária, principalmente suas condições financeiras e a elaboração do planejamento a longo prazo.

### Justificativa

O “Projeto Planta Popular” é realizado pela Prefeitura Municipal de Votuporanga, em convênio com a Unifev – Centro Universitário de Votuporanga (Leis Municipais nº 3.725/2004, e 5.647/2015), e busca atender a demanda por projetos arquitetônicos de habitações para famílias votuporangueses com rendas de até 3 salários-mínimos. As famílias, selecionadas pela Secretaria de Assistência Social, têm os projetos desenvolvidos por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo sob supervisão de docentes, e a aprovação e a tramitação do projeto são facilitados e isentos de algumas das taxas, contando com suporte técnico de funcionários da prefeitura. As famílias e indivíduos contemplados pelo projeto geralmente se encontram em situação de vulnerabilidade social, com condições financeiras atreladas à instabilidade de empregos informais, que dificultam a construção das habitações. Embora a posse do terreno seja condição para a participação do programa, o pagamento do seu financiamento soma-se ao aluguel, resultando em altos custos financeiros. Nesta situação, as famílias veem-se obrigadas a reservar parte do já restrito orçamento para a obra, levando à adoção de medidas restritivas que impactam diretamente na qualidade de vida, incluindo lazer e alimentação. Ainda assim, tais medidas não são sempre suficientes para garantir o início da obra, resultando na perda do prazo estabelecido pelo alvará de construção; em outros casos, o início da obra sem uma previsão ordenada dos gastos resulta na necessidade de investimentos que acabam inviabilizando o pagamento das parcelas do financiamento do terreno levando, em última instância, à perda do terreno e do montante já investido em etapas da obra. Uma das iniciativas criadas na tentativa de evitar ou amenizar os efeitos destes problemas foi a criação da Associação Moradia e Vida Digna de Votuporanga – AMOVID, cuja fundação se deu em assembleia realizada em 22 de junho de 2024, reunindo arquitetos, engenheiros, professores e técnicos do IFSP e da UNIFEV, profissionais da área da construção membros das famílias contempladas pelo Planta Popular e membros da sociedade interessados no tema. A formação foi objeto de projeto de extensão anteriormente contemplado com bolsa de extensão do IFSP, e já contou com outras duas bolsas de extensão, de editais do campus local e da PRX. No presente projeto, procura-se dar continuidade a algumas das atividades já realizadas pelos projetos anteriores, como o planejamento e o orçamento das obras, mas incluindo também a centralização das informações e a compatibilização dos projetos de estruturas, hidráulica e elétrica.

### Fundamentação Teórica

O projeto aqui apresentado é parte de um conjunto de ações que envolvem várias entidades e atores presentes na realidade local, que têm a perspectiva de de propor alternativas econômicas e sociais frente às consequências impostas pelas transformações causadas pelo neoliberalismo na sociedade brasileira, caracterizadas pela imposição de posturas de competitivismo e individualidade, que resultam em desigualdades sociais cada vez mais acentuadas em cenários locais e globais. Em contraponto a esta realidade, as práxis propostas se pautam por uma perspectiva de um sistema econômico solidário, cooperativo e estimulado pela reciprocidade e justiça. Estes princípios têm origem na Economia Solidária que, segundo Paul Singer, ...só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais (Singer, 2002, p.9) “Economia Solidária”, segundo Laville e Gaiger (2009, p. 162), foi um termo “[...] cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática”. Práticas cooperativistas raramente ou nunca tiveram como bandeira a extinção do sistema de acumulação que se tornou hegemônico e geralmente se apresentam como uma alternativa à lógica individualista que não conseguiu gerar soluções para as crises advindas do seu próprio modo de apropriação dos meios de produção, da qual se pode citar a crise ambiental e a pobreza (Singer, 2002a).

Para Singer, “[...] o conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre seus membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos” (2003, p. 116). Para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), “economia solidária” é “[...] o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão” (BRASIL, 2011). Em 2014 a III Conferência do Conselho Nacional de Economia Solidária estabeleceu o “1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)” que, dentre suas diretrizes gerais apresenta a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário; o fortalecimento dos processos democráticos, da participação e controle social; o reconhecimento das formas organizativas econômicas solidárias e dos direitos sociais do trabalho associado; e a abordagem territorial e setorial e reconhecimento da diversidade (BRASIL, 2015). Percebe-se, dessa forma, a afinidade que há entre as concepções e práticas relacionadas à economia solidária e os objetivos dos Institutos Federais, conforme o disposto na Lei Federal nº 11.892/2008: “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008, art. 7º). A aplicação destes conceitos à prática extensionista atende às diretrizes extensionistas, ora definidas na Política Nacional de Extensão, publicada em 2012: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social (Brasil, 2012). Atende, ainda à Resolução CNE/CNES nº 7 de 2018, que define, em seu artigo 3º, a Extensão como um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018, p.1) O curso de Engenharia Civil, embora pautado por conhecimentos da área técnica, não pode prescindir da construção de uma visão crítica e humanitária do entorno sobre o qual atua. Neste sentido, não pode “cristalizar o ser humano dotado de informações, mas de torná-lo capaz de se transformar sempre que necessário, atuando de forma crítica e se relacionando com seu entorno” (Costa e Sarmiento, 2024, p.90). Assim, as atividades propostas aqui, embora possuam um direcionamento técnico – a produção de orçamentos e planilhas – deve embasar-se no conhecimento profundo da realidade de famílias pertencentes à comunidade local, requerendo do aluno a percepção das características implícitas nas falas, somente perceptíveis através de um prisma que contemple o conhecimento da realidade global.

## Objetivo Geral

O objetivo geral do projeto é oferecer suporte técnico a famílias contempladas pelo Projeto Planta Popular, para a execução das obras de suas residências, através da elaboração de Orçamento e Planejamento das Obras, e a compatibilização entre os projetos arquitetônico e complementares. Para alcançar o objetivo geral, são objetivos específicos: A organização das informações sobre as famílias e seus projetos residenciais; A análise técnica dos projetos arquitetônicos já aprovados; A verificação da existência de projetos complementares; A compatibilização dos projetos complementares; A elaboração das planilhas orçamentárias das obras, segundo os projetos arquitetônico, estrutural, hidráulico e elétrico; A elaboração do planejamento das obras

## Metodologia da Execução do Projeto

O primeiro passo do projeto será a recuperação das informações sobre os projetos em andamento, pois há obras que já contam com projetos, orçamento e planejamento realizados por projetos de extensão anteriores. Deverá ser realizada, junto às famílias e demais profissionais envolvidos, uma avaliação sobre a situação atual das obras, cujas informações serão organizadas em planilhas padronizadas. Inicialmente, será definida a prioridade de atendimento, segundo critérios definidos em reuniões da AMOVID. Em seguida, serão organizados encontros individuais com as famílias, para averiguar as suas condições financeiras e as etapas da obra a serem construídas. Deve-se ressaltar que, em muitos casos, as famílias optam por executar a obra parcialmente – geralmente um cômodo para dormir e um banheiro, o suficiente para que possam se mudar – o que lhes permite deixar de pagar o aluguel e destinar o dinheiro para a execução do restante da obra. Os encontros devem ajudar também a definir diretrizes gerais para a obra, previsão de prazos, materiais e acabamentos, disponibilidade de mão de obra e materiais, entre outros. Os dados sobre cada família e respectivo projeto serão organizados em planilhas, que servirão para o acompanhamento de todas as etapas da obra. As próximas etapas dependerão do estado atual verificado, procedendo-se a uma das etapas da assessoria técnica, a seguir: Verificação e análise do projeto e documentos Encaminhamento do projeto para a elaboração dos projetos complementares, que podem ser feitos através de outro projeto de extensão, em disciplinas dos cursos de Edificações e Engenharia Civil, ou ainda por profissionais terceirizados Compatibilização dos projetos, verificando e solicitando eventuais modificações Elaboração de orçamento das obras, com a base SINAPI e o AutoCAD, a partir dos projetos fornecidos em formato DWG Elaboração de planejamento (cronograma) da obra, utilizando o software GANNT Project ou similar Cada etapa será, sempre que necessário, precedida de uma reunião com a família e outros envolvidos no projeto. A elaboração das planilhas e projetos será realizada pelo aluno sob supervisão do coordenador e outros colaboradores, e validada pelas famílias em reuniões individuais. Serão atividades complementares em que o aluno estará envolvido: Participação em assembleias e outras reuniões da AMOVID; Realização de oficina de leitura de desenhos técnicos Participação em reuniões que envolvam a participação de membros e participantes de outros projetos correlacionados; Apresentação do projeto e seus objetivos em congressos de extensão, semanas acadêmicas e outros eventos; É importante ressaltar que é difícil estabelecer um cronograma preciso de execução do projeto, considerando as dificuldades inerentes à natureza do seu objeto, como apresentado na justificativa e conforme verificado em projetos anteriores. Desta forma há a possibilidade de que algumas etapas não possam ser realizadas, quando condicionadas por eventos que fogem ao controle dos participantes do projeto.

## Acompanhamento e Avaliação do Projeto Durante a Execução

O projeto será avaliado continuamente pelo coordenador do projeto, através de reuniões presenciais e remotas, de acordo com a necessidade e conteúdo a ser discutido. Como a execução das etapas depende da aprovação das famílias e de terceiros, a ordem de prioridade de execução dos projetos será objeto de revisão contínua, de forma que as atividades exercidas pelo aluno participante serão sempre adaptadas à execução das demais atividades do projeto. A validação dos produtos técnicos será realizada por professores participantes dos cursos de Engenharia Civil e Técnico de Edificações, do campus Votuporanga. Somente após a aprovação dos envolvidos proceder-se-á a uma nova etapa ou tarefa. Todas as atividades serão registradas em planilhas, e os produtos técnicos organizados em pastas virtuais, e serão anexados ao relatório a ser entregue ao final do projeto.

## Resultados Esperados e Disseminação dos Resultados

As atividades desenvolvidas contemplam, primeiramente, a apresentação dos resultados para as famílias participantes, que funcionam também como um importante meio de disseminação das informações sobre a importância da elaboração das etapas de planejamento, orçamento e compatibilização de projetos. Junto à AMOVID, são previstas apresentações aos membros da associação, que podem ocorrer nas assembleias ordinárias semestrais, nas assembleias extraordinárias ou em reuniões de divulgação. As atividades da AMOVID também preveem a participação em feiras e semanas acadêmicas, para a divulgação dos resultados e de suas atividades, buscando ampliar o número de participantes e a abrangência de sua atuação. A divulgação dos trabalhos realizados por este e outros projetos de extensão deve ser contemplada nestes atos. Além disso, está prevista a busca por divulgação junto a meios de comunicação tradicionais, como televisão e jornais, além das mídias sociais, das atividades, com a mesma finalidade. A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a Semana da Engenharia, realizados anualmente no campus Votuporanga do IFSP também servirão como meio de divulgação do projeto e da associação, através de estandes e palestras.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Decreto/D7022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D7022.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2023. \_\_\_\_\_ . MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). O que é economia solidária. 2011. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp)>. Acesso em: 15 fev. 2023. \_\_\_\_\_ . Secretaria Nacional de Economia Solidária. Plano Nacional de Economia Solidária. 2015. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacional.pdf>> Acesso em 15 fev. 2023. \_\_\_\_\_ . “Política Nacional de Extensão Universitária”. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Manaus-AM, Maio de 2012. \_\_\_\_\_ . CNE/CNES. Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. COSTA, Angelina Dias Leão e SARMENTO, Bruna Ramalho. A Extensão Universitária e seu novo protagonismo na formação do Arquiteto e Urbanista. In: PAGEL, Érica e OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). “Universidade e Comunidade: Práticas Extensionistas em Arquitetura e Cidade. Vol. 4.” Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024, pp.83-101. LAVILLE, Jean-Luis e GAIGER, Luiz Inácio. “Economia Solidária”. In: CATTANI, Antonio (et alii) Dicionário Internacional - A Outra Economia. Ed. Almeida, 2009. pp. 162-168. SINGER, Paul. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”. In: P. Singer e A. R. Souza. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo, Contexto. 2000. \_\_\_\_\_ . Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p. \_\_\_\_\_ . “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. 514p.

## Processo de Elaboração do Projeto

O Projeto Planta Popular está em vigor desde sua aprovação através de lei municipal, em 2004, e vem contemplando famílias em situação de vulnerabilidade em todo o município. No entanto, verificando-se as dificuldades enfrentadas pelas famílias, e um baixo índice de sucesso na execução das obras residenciais, iniciou-se uma discussão para a formulação de estratégias para oferecer às famílias conhecimento e apoio técnicos, que lhes permitissem adotar planejamentos de médio e longo prazo que aumentassem as suas chances de sucesso. As conversas se iniciaram entre docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo de um centro universitário privado local, a UNIFEV, entre os quais está a arquiteta e urbanista responsável pelo projeto Planta Popular, funcionária da Prefeitura Municipal de Votuporanga, e docentes do campus Votuporanga do IFSP. Inicialmente, foi elaborado projeto de extensão, denominado “Cooperativismo e Arranjos Locais Solidários”, em 2023, que visou fomentar a criação de uma Organização Não Governamental envolvendo famílias e profissionais envolvidos. As reuniões iniciais, que contaram também com a participação de docentes e técnicos do IFSP, conduziram à criação de um esboço de uma Associação – formato considerado mais adequado à finalidade – que tomou forma ao longo do ano. Ainda em 2023, outro projeto de extensão “Planejamento e Orçamento de Obras de Interesse Social”, também contemplado com bolsa, visou iniciar a organização de metodologias para a elaboração de orçamentos para as obras, assim como o início da elaboração de cronogramas de obras para famílias já contempladas. Verificou-se, porém que havia a necessidade de elaborar também os projetos complementares – hidráulica e elétrica, principalmente – para que o orçamento fosse formulado de forma precisa. Assim, foi criado, em 2024, o projeto de extensão “Projetos

Executivos e Complementares para Habitações Sociais”, através dos quais foram elaborados projetos complementares completos, com planilhas orçamentárias, para quatro famílias participantes. Embora tenham atendido um número relativamente pequeno de famílias, os projetos anteriores foram importantes fontes de conhecimento fundamentais para a elaboração do projeto aqui apresentado, como o formato do projeto, o fluxo das informações e as necessidades sempre presentes de adequação dos cronogramas das atividades. Além disso, foram excelentes oportunidades de envolvimento dos alunos com a comunidade externa, e meio de divulgação dos trabalhos já realizados. Para este ano, está previsto o envolvimento de mais docentes e alunos nas atividades centralizadas pela AMOVID. Entre eles, estão dois projetos de extensão com diferentes frentes de atuação (Arranjos solidários e Técnicas de construção alternativa), um curso de extensão FIC (Suporte Técnico para Profissionais da Construção), e a inclusão de atividades relacionadas às obras contempladas nas atividades de Curricularização da Extensão e na Semana Acadêmica do curso de Engenharia Civil do IFSP. Além disso, está sendo verificada a possibilidade de incluir a elaboração dos projetos complementares de hidráulica e elétrica nas disciplinas correspondentes dos cursos Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio e Engenharia Civil.

### Necessidade de equipamentos do Campus

Serão utilizados equipamentos existentes no campus, como os computadores dos laboratórios de informática, embora sejam utilizados prioritariamente os equipamentos do aluno e dos professores. Projetores e lousas podem ser utilizados em reuniões e apresentações. Para o desenvolvimento dos orçamentos e planejamentos, serão utilizados softwares gratuitos ou com licenças estudantis disponíveis, como Excel/Calc, Word/Writer, Gantt Project e AutoCAD.

### Necessidade de espaço físico do Campus

Serão utilizadas salas comuns (de reuniões, de atendimento ou de aula), de acordo com atividades específicas. As atividades acontecerão, normalmente, em períodos em que não ocorrem as aulas, de forma a não interferir nas atividades normais do Campus.

### Recurso financeiro do Campus

Não é previsto o uso de recursos financeiros diretos do Campus.

### Metas

1 - Recuperação de informações existentes e Análise de projetos

2 - Assessoria técnica - Análise de projetos e prestação de serviço com a elaboração de planejamento e orçamento de obras

3 - Realização de reuniões com membros da Associação, reuniões individuais com as famílias e apresentação dos resultados

### CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Atividade	Especificação	Indicador(es) Qualitativo(s)	Indicador Físico Indicador Quantitativo	Período de Execução		
					Qtd.	Início	Término
1	1	Recuperação dos projetos existentes	Projeto inserido em planilha	Número de projetos	24	17/03/2025	31/03/2025
1	2	Análise dos projetos existentes e seleção de dez projetos para análise, segundo prioridade definida junto à Associação Moradia e Vida Digna	Quantidade de dados a ser preenchidos	Número de projetos	10	24/03/2025	07/04/2025
1	3	Seleção de cinco dos dez projetos para elaboração de orçamentos, planejamentos e compatibilização, segundo viabilidade.	Projetos selecionados e caracterizados	Projetos	5	24/03/2025	07/04/2025
2	1	Realização de reuniões com as famílias selecionadas	Reuniões realizadas e documentadas	Número de projetos	5	07/04/2025	25/08/2025
2	2	Verificação e encaminhamento	Verificação de projetos complementares existentes,		5	07/04/2025	06/10/2025

Meta Atividade Especificação		Indicador(es) Qualitativo(s)	Indicador Físico Indicador Quantitativo	Qtd.	Início	Período de Execução Término
	projetos complementares. Caso o projeto já exista, procede-se à sua análise.	com informações suficientes e corretamente elaboradas. Verificação de orçamento complementar para os projetos.	Projetos analisados e/ou encaminhados			
2	3	Assessoria técnica para compatibilização dos projetos Arquitetônico, Estrutural, Elétrica e Hidráulica. Verificação realizada e documentada, segundo critérios técnicos, e validada pelo coordenador do projeto	Número de projetos	5	07/04/2025	06/10/2025
2	4	Assessoria técnica - Elaboração de orçamentos das obras. Orçamentos realizados de acordo com critérios técnicos e valores atualizados segundo tabelas SINAPI, disponibilizados pela Caixa Econômica. Os orçamentos devem ser verificados e analisados pelo coordenador e outros docentes.	Número de projetos	5	07/04/2025	27/10/2025
2	5	Elaboração de cronogramas de planejamento das obras Cronogramas realizados e ajustados de acordo com as realidades verificadas nas reuniões.	Número de projetos	5	07/04/2025	27/10/2025
3	1	Reuniões com famílias contempladas pelo Programa Planta Popular, para verificação das condições de execução das obras. Devem ser verificadas as informações suficientes para a elaboração dos orçamentos dos projetos, segundo as etapas de obra e o orçamento familiar. As reuniões podem ou não ser acompanhadas pelos docentes participantes e membros da AMOVID. O registro das reuniões deve ser feito através de relatos e, se autorizado pelos participantes, por gravação de áudio e vídeo.	Reuniões realizadas	5	07/04/2025	06/10/2025
3	2	Oficina de leitura de projetos arquitetônicos e complementares, oferecida a todos os membros das famílias contempladas e demais interessados Participantes devem passar a compreender melhor as indicações em plantas e outros desenhos técnicos	Indivíduos atendidos	10	07/04/2025	04/08/2025
3	3	Participação em Assembleia Ordinária da AMOVID Participação e registro em ata	Número de Participações	1	01/07/2025	17/11/2025
3	4	Reuniões com famílias para apresentação dos resultados. Deve ser realizada pelo menos uma reunião com cada família selecionada, embora seja desejável a realização de uma reunião a cada etapa finalizada para a verificação e validação, antes do início da etapa seguinte. Reuniões realizadas, com registro das informações coletadas.	Reuniões realizadas	5	07/04/2025	17/11/2025
3	5	Elaboração de relatório final O relatório será avaliado pelos docentes, e revisado segundo apontamentos até sua aprovação.	Relatório elaborado	1	27/10/2025	17/11/2025

### PLANO DE APLICAÇÃO

Classificação da Despesa	Especificação	PROEX (R\$)	DIGAE (R\$)	Campus Proponente (R\$)	Total (R\$)
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	0	0	63000,00	63000,00
TOTAIS		0	0	63000,00	63000,00

### CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Despesa	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
339018 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Anexo A

### MEMÓRIA DE CÁLCULO

CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL					-

